



**XX REUNIÃO DE MINISTROS/AS DA DEFESA NACIONAL OU EQUIPARADOS/AS
DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Videoconferência, 1 de junho de 2021

DECLARAÇÃO FINAL

Realizou-se, a 1 de junho de 2021, a XX Reunião de Ministros/as da Defesa Nacional ou Equiparados/as da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Nesta Reunião estiveram presentes o Ministro da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria da República de Angola, João Ernesto dos Santos, o Ministro de Estado da Defesa da República Federativa do Brasil, Walter Souza Braga Netto, a Ministra do Estado, da Defesa e da Coesão Territorial da República de Cabo Verde, Dra. Janine Tatiana Santos Lélis, o Ministro da Defesa e dos Combatentes da Liberdade da Pátria da República da Guiné-Bissau, Tenente-General Sandji Fati, o Ministro da Defesa Nacional da República de Moçambique, Dr. Jaime Bessa Augusto Neto, o Ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa, Professor Doutor João Gomes Cravinho, o Ministro da Defesa e Ordem Interna da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Coronel Óscar Aguiar Sacramento e Sousa e a representante do Ministro da Defesa da República Democrática de Timor-Leste, Embaixadora Isabel Guterres.

Participaram ainda na Reunião o Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Francisco Ribeiro Telles e o Diretor do Centro de Análise Estratégica da CPLP, Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Evandro Rodrigues Camelo.

Os trabalhos desenrolaram-se sob a presidência do Ministro de Estado da Defesa da República Federativa do Brasil, Walter Souza Braga Netto, que, dirigindo-se aos presentes, desejou as boas-vindas à Reunião, que a pandemia impossibilitou que ocorresse em formato presencial e saudou os anterior e atual Ministros da Defesa de Angola pela forma como exerceram a presidência desde 2019. Aludindo à comemoração dos vinte e cinco anos de existência da CPLP, valorizou os ganhos substanciais que foi possível obter na Componente de Defesa ao longo destes anos, dando o exemplo dos Exercícios da série FELINO, que permitem a troca de experiências no domínio das operações de paz. Considerou que a abrangência da agenda de trabalhos era bem representativa dos interesses comuns de cooperação na área da Defesa e Militar.



O Ministro da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria da República de Angola, João Ernesto dos Santos, agradeceu o apoio prestado pelos Estados-Membros durante a presidência Angolana.

Seguidamente, efetuada a transferência da Presidência, o novo Presidente do órgão, Walter Braga Netto, submeteu à apreciação a Agenda de Trabalhos, aprovada por consenso (Anexo A).

Ponto 1. – Aprovação das propostas constantes da Declaração Final da 22.^a Reunião de Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas da CPLP e da Ata da XIII Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional da CPLP

O Presidente do órgão colocou este ponto à discussão, tendo os dois documentos merecido aprovação consensual.

Ponto 2. – Análise das questões internacionais e das implicações político-militares no contexto regional para os Estados-Membros da CPLP

O Presidente do órgão deu a palavra ao Diretor do CAE da CPLP, que apresentou um sucinto informe sobre esta temática (Anexo B).

Em seguida, todos os/as Ministros/as ou seus/suas representantes e o Secretário Executivo da CPLP proferiram as suas intervenções, que se encontram em Anexo (C, D, E, F, G, H, I, J e K) à presente Declaração Final.

O Ministro da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria da República de Angola, João Ernesto dos Santos assinalou que as Forças Armadas Angolanas, para além da sua missão principal, cumprem missões associadas à prevenção e combate à COVID-19, disponibilizando as suas unidades sanitárias e efetivos na campanha generalizada de vacinação da população. Declarou que neste esforço, Angola ainda precisará de uma quantidade significativa de vacinas, razão do apelo do Presidente da República à Comunidade Internacional, com capacidade de as produzir, na sua disponibilização sem olhar a custos, para salvarmos a humanidade. Nas regiões geopolíticas de que Angola é parte integrante, caracterizou o atual contexto de segurança marcado por focos de tensão político-militar de dimensão variável, com destaque para o surgimento de grupos ou organizações criminosas extremistas de tráfico de natureza diversa, com incidência em algumas regiões daquele continente, nomeadamente, no Golfo da Guiné, na Comunidade Económica dos Estados da África Central e na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, onde se verificava a grave situação humanitária na República Democrática do Congo, com registos de ataques armados contra populações indefesas praticados, principalmente, pela milícia da Força Patriótica e Integracionista do Congo, Forças Democráticas Aliadas, entre outras forças negativas.



O Ministro de Estado da Defesa da República Federativa do Brasil, Walter Souza Braga Netto, destacou duas questões de extrema relevância, o combate à pandemia da COVID-19 e a importância do Atlântico Sul para o Brasil, especificamente, as preocupações com a segurança marítima no Golfo da Guiné. Salientou que para o enfrentamento da crise da pandemia, o Ministério da Defesa do Brasil ativou o Centro de Operações Conjuntas para atuar na coordenação e na planificação do emprego das Forças Armadas. Enunciou que foram estabelecidos dez Comandos Conjuntos, que cobrem todo o território nacional, além do Comando de Operações Aeroespaciais, todos com funcionamento permanente, integrando-se esta iniciativa no esforço do Governo Federal, que segue a diretriz prioritária do Presidente de “salvar vidas, preservar empregos e empresas e priorizar os mais vulneráveis” no combate à pandemia. O outro tema vital ao Brasil que o Ministro Braga Netto realçou foi o Atlântico Sul e a situação crítica vivenciada no Golfo da Guiné. Sublinhou que o Brasil identifica este oceano, e a Amazônia, como prioritários, considerando os fatores estratégicos, nos quais estão inseridas iniciativas de exploração sustentável dos recursos vivos e não-vivos.

A Ministra de Estado, da Defesa Nacional e Ministra da Coesão Territorial da República de Cabo Verde, Janine Tatiana Santos Lélis, endereçou votos para que todos os Estados-Membros da CPLP consigam fazer um bom e eficaz combate à pandemia da COVID-19. No quadro dos novos desafios para a Componente de Defesa destacou a conjuntura política consideravelmente estável na África Austral e fez referência a alguns conflitos armados na África Central, com destaque para as sub-regiões dos Grandes Lagos e do Golfo da Guiné, conflitos que têm originado imenso sofrimento nas populações e grandes movimentos de refugiados. Na África Ocidental destacou os fenómenos preocupantes que se vivencia, em particular no Mali. Mostrou preocupação com as tensões no Sudeste Asiático e em relação à América do Sul enquanto região de interesse no tabuleiro geopolítico e geoeconómico para grandes potências. Por fim expressou a solidariedade do Estado de Cabo Verde para com o país irmão Moçambique, face ao difícil conflito em Cabo Delgado, e para com Timor-Leste pelas chuvas torrenciais vivenciadas naquele país.

O Ministro da Defesa e dos Combatentes da Liberdade da Pátria da República da Guiné-Bissau, Tenente-General Sandji Fati, começou por saudar de forma especial o presidente do XX Fórum de Ministros da Defesa da CPLP, Walter Braga Netto, Ministro de Estado da Defesa da República Federativa do Brasil e os seus pares, a Embaixadora de Timor Leste em Lisboa, os Diretores de Política de Defesa Nacional dos Estados-Membros e o Diretor do Centro de Análise Estratégica da Organização. De seguida, o Tenente-General Fati manifestou a solidariedade do Estado da Guiné-Bissau para com o povo irmão moçambicano pela situação de terrorismo prevalecente em Cabo Delgado. Na linha de preocupações regionais, o Ministro partilhou com os seus pares a sua grande preocupação face à situação político-militar vigente no Mali, país irmão que conheceu dois



golpes de Estado no espaço de 9 meses e enfatizou a relevância particular de cooperação no domínio da defesa no quadro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) bem como ao nível dos Estados-Membros da CPLP. Vencou, ainda, que a CPLP constitui um instrumento de identidade da República da Guiné-Bissau no seio da CEDEAO, nomeadamente ao nível linguístico. Por outro lado, destacou a evolução positiva do seu país e os ganhos de estabilidade política governativa, após as últimas eleições presidenciais. Neste âmbito, no domínio da Defesa, assegurou que a Guiné-Bissau conta com a solidariedade da CPLP no esforço de formação e modernização das suas Forças Armadas. Em jeito de conclusão, o Ministro da Defesa e Combatentes da Liberdade da Pátria enalteceu a importância deste Fórum para o aprofundamento da cooperação no domínio da defesa entre os Estados-Membros da CPLP e reiterou a disponibilidade do seu país nesse sentido.

O Ministro da Defesa Nacional de Moçambique, Dr. Jaime Bessa Augusto Neto, sendo a primeira vez a participar do Fórum apresentou-se e manifestou-se pronto para trabalhar com os seus colegas, de quem espera aprender, tendo sublinhado que deseja contribuir para a evolução positiva do setor da Defesa nos Estados-Membros da CPLP. Informou sobre a situação de segurança de Moçambique, tendo-se referido à ocorrência de ações terroristas em alguns distritos da Província de Cabo Delgado, que causaram o deslocamento de cerca de 800 mil pessoas, para além de cerca de 2000 concidadãos mortos, brutalmente esquartejados. Agradeceu a solidariedade e todo o apoio direto e indireto, e material que a República de Moçambique tem recebido, particularmente dos Estados-Membros da CPLP. Enalteceu, igualmente, o papel de Portugal na União Europeia, enquanto Presidência do Conselho da União Europeia, para o apoio aos esforços da República de Moçambique, no que concerne ao terrorismo em Cabo Delgado. Efetuou uma breve resenha sobre as ações que Moçambique tem levado a cabo junto da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral na abordagem da questão do terrorismo. Manifestou a sua solidariedade para com a Guiné-Equatorial pelos acontecimentos em Bata, caracterizados por violentas explosões em depósitos de armamento, que causaram a morte de 98 pessoas e 615 feridos e com a República de Timor-Leste, pela ocorrência do ciclone Seroja, que causou inundações e deslizamento de terras, resultando em 34 mortes, desabrigados e dezenas de desaparecidos, tendo concluído com a referência ao provérbio “uma mão lava a outra e as duas lavam a cara”.

O Ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa, Professor Doutor João Gomes Cravinho, expressou que a solidariedade da nossa comunidade, onde quer que tenha lugar, é algo que vai ao encontro dos sentimentos sinceros das nossas opiniões públicas; não pô-la em prática seria defraudar essas expectativas. Enfatizou confiança que, nos próximos tempos, se irão encontrar formas de aprofundar a cooperação, e a materialização do Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP



para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe será uma dessas formas. Destacou que a dispersão geográfica da Comunidade poderia tornar difícil a identificação de ameaças comuns, contudo, é à escala global que a CPLP encontra a sua perspetiva estratégica, e ameaças como a exploração ilegal e insustentável de recursos naturais, o impacto das alterações climáticas nos ecossistemas e nos modos de vida de centenas de milhões de pessoas, e o tráfico de seres humanos, entre tantas outras, que constituem claramente perigos que se tornam necessários entender e enfrentar em conjunto. Salientou que Portugal deu recentemente início a um programa bilateral de formação de forças especiais, e exortou ao contributo de todos, de diferentes maneiras e sempre em sã camaradagem e cooperação, para a paz em Moçambique. Aludiu que, pela natureza e pela força dos laços que unem a Comunidade, ninguém seria indiferente àquilo que se passa em cada um dos seus países e declarou que Moçambique não está só nem nunca estará, e encontrará o apoio que julgar necessário.

O Ministro da Defesa e Ordem Interna da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Coronel Óscar Aguiar do Sacramento e Sousa caracterizou o contexto estratégico internacional, em acelerada e permanente mutação, apresentando um elevado grau de incerteza e conseqüente imprevisibilidade. Enunciou que os conflitos e tensões, contínuas ameaças em todo o mundo, têm tido igualmente implicações diretas e/ou indiretas para os países da CPLP e que novas ameaças têm emergido e novas formas de fazer a guerra assumidas por entidades não estatais, por atores individuais e mesmo por alguns Estados. Estes factos, em conjunto com a crise económica e financeira à escala global, associada à pandemia da COVID-19 forçaram à adoção de novos modelos de vida e de procedimento, cujo formato desta reunião é um exemplo concreto. Destacou que é neste cenário de mudanças constantes e de carácter global que, hoje, os Estados tendem a definir as suas áreas de interesse estratégico, bem como as relações externas de defesa, tanto no plano multilateral, como no plano bilateral. É também neste cenário que as organizações internacionais e regionais, incluindo a CPLP, são chamadas a intervir adotando modelos e estratégias para responder aos desafios que se colocam, sempre tendo em vista o mundo e as sub-regiões de inserção. Para tal, é exigido que o crescimento e a adaptação das capacidades militares estejam baseados na flexibilidade de resposta e preservação das condições e meios que garantam a relevância estratégica do País no quadro das Alianças de âmbito internacional e regional. Realçou que em São Tomé e Príncipe se vive um ambiente de tranquilidade e normalidade, não obstante as questões inerentes a uma democracia jovem, que procura dar passos para a sua consolidação. A Comissão Eleitoral Nacional concluiu em 25 de maio a atualização do caderno eleitoral, no quadro da preparação das eleições presidenciais, previstas para 18 de julho. Enunciou que o clima reinante na região é caracterizado por conflitos que ainda prevalecem na República Centro Africana, na RDC, no Tchade e no Mali, onde recentemente havia



ocorrido um golpe de Estado. Indicou que a ameaça de grupos terroristas como o “Boko-Haram”, com forte presença nalguns países do Golfo da Guiné, constitui igualmente grande preocupação para a região, e em particular para São Tomé e Príncipe.

A Embaixadora de Timor-Leste em Lisboa, Senhora Isabel Guterres, representante do Ministro da Defesa da República Democrática de Timor-Leste informou que a situação política e social em Timor-Leste se tem mantido estável e sem alterações nos últimos dois anos. Enunciou que tem havido convergência no reconhecimento da importância da garantia da estabilidade e condições para a governação entre as diversas instituições do Estado, o funcionamento dos diversos órgãos tem decorrido com normalidade e estava a iniciar-se um novo ciclo eleitoral que deverá começar com as próximas eleições presidenciais, em 2022 até às eleições legislativas em 2023. Realçou que no último ano Timor-Leste foi afetado por duas situações com severos efeitos nas condições sociais e económicas da população e nas infraestruturas do país, a pandemia causada pela COVID-19, desde fevereiro de 2020 e duas grandes inundações, em março de 2020 e em abril de 2021. Enfatizou que a evolução no sudeste asiático e as disputas territoriais, e a continuação de ameaças transnacionais da região afetarão o ambiente de segurança: a questão do mar do Sul da China, em especial o respeito pelo direito internacional, de modo particular relacionado com o direito marítimo e com a convenção dos assuntos do mar, que a evolução nesta área pode influenciar situações e disputas futuras em outras zonas da região; a continuação de ameaças relacionadas especialmente com o terrorismo transnacional de motivação religiosa, o crime organizado e a pirataria marítima, têm constituído preocupações na área da segurança e defesa que continuam a afetar alguns países no mundo.

O Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Francisco Ribeiro Telles, realçou que, no atual quadro, difícil e complexo, no esforço global de mitigação da pandemia, a CPLP tem procurado reforçar o seu contributo enquanto fórum privilegiado de cooperação multilateral, através da partilha de informações e experiências com os Estados-Membros, com os parceiros internacionais e com as organizações da sociedade civil. Destacou que a cooperação no setor da Defesa constitui um meio privilegiado para encontrar respostas aos atuais desafios securitários, incluindo o terrorismo e o fundamentalismo religioso, que já penetraram no espaço da CPLP, e manifestou a total solidariedade às autoridades moçambicanas relativamente à situação no Norte de Moçambique. Referenciou como particularmente pertinente e oportuno o contributo do Setor da Defesa para a resposta a catástrofes, que esta reunião apreciará, tendo esta temática merecido a atenção da XXV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em dezembro de 2020, que aprovou a resolução sobre o reforço da Cooperação em Situações de Emergência, que procura enquadrar e otimizar a utilização coordenada dos diversos mecanismos de cooperação em cenários de emergência e tomou em consideração o trabalho desenvolvido pela componente de defesa, nomeadamente no âmbito das XVIII e XIX



reuniões de Ministros de Defesa. Destacou que as múltiplas iniciativas de cooperação em matéria de Defesa têm contribuído para a coesão entre os Estados-Membros e consolidação da Comunidade, seja no campo da Saúde Militar, da cooperação entre marinhas, da formação, através do Colégio de Defesa, ou da interoperabilidade entre as forças armadas, por via dos Exercícios Felino. Algumas destas ações têm reforçado a visibilidade internacional da Organização, como é o caso dos Exercícios Felino, que acolheram, pela primeira vez, observadores internacionais, ou ainda a possibilidade de vir a ser desenvolvido um trabalho conjunto no domínio das operações de paz sob a égide das Nações Unidas. Destacou a articulação com o SPAD e a colaboração com o CAE/CPLP, realçando a sua visita e saudando o dinamismo do trabalho desenvolvido pelo seu atual diretor e equipa. Evidenciou o financiamento, através do Fundo Especial da CPLP, por via da contribuição financeira do Brasil, do projeto de Criação do Espaço CPLP nas instalações do Centro e a participação do Secretariado Executivo (SE) no grupo de reflexão sobre as possibilidades de cooperação com os Observadores Associados; bem como a participação recíproca em seminários e outros eventos de interesse comum. Reiterou a disponibilidade do SE para facultar a utilização do portal da CPLP para alojar informação relativa à cooperação em matéria de Defesa. Destacou a celebração dos 25 anos da CPLP, a ocorrer em 17 de julho, data da realização da 13.ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Luanda, dando início à presidência angolana, para o biênio 2021/2023.

Ponto 3. – Apreciação e aprovação de propostas e documentos

- a. Projeto de declaração que aprova o “Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe”

O Presidente do órgão colocou este ponto à discussão, tendo a declaração e o Mecanismo sido aprovados por consenso (Anexos L).

- b. Projeto de declaração respeitante à dinamização da Componente de Defesa e ponto de situação da Operacionalização da Nova Visão Estratégica (NVE) da CPLP

O Presidente do órgão colocou este ponto à discussão, tendo a declaração sido aprovada por consenso (Anexo M).

Os/as Ministros/as tomaram, ainda, boa nota do ponto de situação sobre a Operacionalização da NVE da CPLP (Anexo N).

- c. Projeto de declaração que aprova o Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para implementação da Resolução 1325(2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) sobre Mulheres, Paz e Segurança



O Presidente do órgão colocou este ponto à discussão, tendo a declaração e o Plano de Ação sido aprovados por consenso (Anexos **O**).

d. Matriz parametrizada com informação mensal da atuação dos setores da Defesa/Forças Armadas no combate à COVID-19 nos Estados-Membros

O Presidente do órgão colocou este ponto à discussão, tendo os/as Ministros/as reconhecido, por consenso, que esta matriz (Anexo **P**) constitui um instrumento muito relevante de partilha de informação e boas práticas sobre a atuação dos setores da Defesa/Forças Armadas no combate à COVID-19 nos Estados-Membros.

e. Conclusões da VII Reunião do Fórum de Saúde Militar/CPLP

O Presidente do órgão colocou este ponto à discussão, tendo as Conclusões da VII Reunião do Fórum de Saúde Militar/CPLP sido aprovadas por consenso (Anexo **Q**).

f. Ata da VI Conferência de Marinhas da CPLP

O Presidente do órgão deu a palavra a Cabo Verde, tendo o Diretor Nacional da Defesa, correspondendo a indicação da respetiva Ministra, informado que a Ata tinha sido oportunamente distribuída, afigurando-se importante dar seguimento e execução às Recomendações dela constantes.

Seguidamente, o Presidente do órgão colocou este ponto à discussão, tendo a Ata da VI Conferência de Marinhas da CPLP sido aprovada por consenso (Anexo **R**).

g. Relatório Final do Exercício FELINO 2018/2019

O Presidente do órgão deu a palavra ao Ministro da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria de Angola, que deu nota que o Relatório contém todas as atividades realizadas no quadro do Exercício FELINO 2018/2019, manifestando disponibilidade para prestar qualquer esclarecimento.

Seguidamente, o Presidente do órgão colocou este ponto à discussão, tendo o Relatório Final do Exercício FELINO 2018/2019 sido aprovado por consenso (Anexo **S**).

Em relação aos pontos h. Deliberações da IX e X Reuniões do Conselho Consultivo do CAE/CPLP,

i. Relatório de Atividades de 2019 e 2020 e execução orçamental de 2019 e 2020 do CAE/CPLP,

j. Plano de reajustamento de atividades para 2021 e proposta de Plano de Atividades e orçamento para 2022 do CAE/CPLP e k. Projeto de declaração sobre “Alteração ao Estatuto e ao Regulamento do CAE/CPLP”, o Presidente do órgão deu a palavra ao Diretor do CAE/CPLP que procedeu a uma breve apresentação (Anexo **T**) destes documentos, da responsabilidade daquele Centro.



Seguidamente, o Presidente do órgão colocou estes pontos à discussão, tendo sido todos aprovados por consenso (Anexos U).

Na ocasião, o Plenário felicitou, na pessoa do respetivo Diretor, CMG Francisco Evandro Rodrigues Camelo, o trabalho desenvolvido pelo CAE/CPLP no difícil ano de 2020, expresso num grande dinamismo em matérias de debate e reflexão sobre assuntos de interesse para a Componente de Defesa, através do recurso a ferramentas de comunicação à distância hoje existentes.

I. Proposta de indigitação do próximo Diretor do CAE/CPLP, apresentada pela República de Cabo-Verde

O Presidente do órgão deu a palavra à Ministra do Estado, da Defesa e da Coesão Territorial de Cabo Verde, que apresentou, formalmente, a proposta de indigitação para futuro Diretor do CAE/CPLP, dando nota do *curriculum* (Anexo V) do indigitado, Coronel Armindo Alcides Garcia Sá Nogueira Miranda, informando que irá ser proposta, num orçamento retificativo, a inclusão de verba que garanta os recursos necessários ao preenchimento do cargo, que considerou estratégico para o seu país.

Seguidamente, o Presidente do órgão colocou esta proposta à consideração do Plenário, tendo a mesma sido aprovada por consenso, consubstanciando-se na nomeação do Coronel Armindo Alcides Sá Miranda, como Diretor do CAE/CPLP, cujo mandato decorrerá entre 2022 e 2025.

Ponto 4. – Exercício FELINO

O Presidente do órgão colocou este ponto à discussão, tendo sido aprovada por consenso a seguinte calendarização dos Exercícios FELINO:

2022 – Guiné-Bissau no formato Exercício na Carta (EC)

2023 – Portugal no formato Forças no Terreno (FT)

2024 – Guiné Equatorial no formato EC

2025 – Brasil no formato FT

Ponto 5. – Colégio de Defesa da CPLP

O Presidente do órgão colocou este ponto à discussão, tendo sido aprovadas por consenso as seguintes propostas de acolhimento:

3.^a edição, em 2022, por parte de Angola;

4.^a edição, em 2023, por parte de Moçambique.



Ponto 6. – Acolhimento da XXI Reunião de MDN/CPLP

O Presidente do órgão deu a palavra à Ministra do Estado, da Defesa e da Coesão Territorial de Cabo Verde, que confirmou o interesse e a honra em acolher, no seu país, a XXI Reunião de MDN/CPLP.

Ponto 7. – Diversos

O Ministro da Defesa Nacional de Moçambique, por ocasião do Dia Internacional da Criança, celebrado nesta data, saudou as crianças do mundo inteiro e pediu solidariedade com as de Moçambique, em particular as da Província de Cabo Delgado, que estão a viver momentos de terror, necessitando de apoio na área da educação, da saúde e da alimentação, direitos fundamentais que todos/as temos de garantir.

O Presidente do órgão manifestou, ao seu homólogo moçambicano, o apoio da Componente de Defesa da CPLP.

O Presidente do órgão, considerando o formato não presencial da presente Reunião, propôs, e foi consensualmente aceite, que a Declaração Final e documentos de suporte fossem assinados quando da próxima Reunião Ministerial de Defesa, em 2022, sem prejuízo de se considerar o pleno efeito das deliberações aprovadas.

Concluída a discussão de todos os pontos da agenda, o Presidente do órgão e Ministro da Defesa do Brasil felicitou todos/as os/as envolvidos/as na Reunião e manifestou a solidariedade de todos/as com o país irmão Moçambique, formulando votos para que seja possível ultrapassar, rapidamente, a situação criminosa que se vive na Província de Cabo Delgado.

Valorizando a CPLP, enquanto organização que sempre soube promover a cooperação entre os seus Estados-Membros e que compartilha valores comuns, assinalou que esta Reunião permitiu renovar o compromisso de continuarmos a impulsionar, cada vez mais, as iniciativas e atividades da Componente de Defesa, com o intuito de elevar a Comunidade a novos patamares.

Deu relevo à aprovação do Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe, da declaração respeitante à reflexão e dinamização sobre o futuro da Componente de Defesa da CPLP, do Plano de Ação da Componente para implementação da RCSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Esegurança, que contribuirão para o aprimoramento do setor de defesa.



Em seguida, deu por concluída a XX Reunião de Ministros/as da Defesa Nacional ou Equiparados/as da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente Declaração Final.

Por videoconferência, 1 de junho de 2021.

O Ministro da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria da República de Angola

João Ernesto dos Santos

O Ministro de Estado da Defesa da República Federativa do Brasil

Walter Souza Braga Netto

A Ministra do Estado, Ministra da Defesa e Ministra da Coesão Territorial da
República de Cabo Verde

Dra. Janine Tatiana Santos Lélis



O Ministro da Defesa e dos Combatentes da Liberdade da Pátria da
República da Guiné-Bissau

Tenente-General Sandji Fati

O Ministro da Defesa Nacional da República de Moçambique

Dr. Jaime Bessa Augusto Neto

O Ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa

Professor Doutor João Gomes Cravinho



O Ministro da Defesa e Ordem Interna da
República Democrática de São Tomé e Príncipe

Coronel Óscar Aguiar do Sacramento e Sousa

A representante do Ministro da Defesa da República Democrática de Timor-Leste

Embaixadora Isabel Guterres



ANEXOS

- A. Agenda de Trabalhos da XX Reunião de MDN da CPLP
- B. Informe do Diretor do CAE da CPLP
- C. Alocução do Ministro da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria da República de Angola
- D. Alocução do Ministro de Estado da Defesa da República Federativa do Brasil
- E. Alocução da Ministra do Estado, da Defesa e da Coesão Territorial da República de Cabo Verde
- F. Alocução do Ministro da Defesa e dos Combatentes da Liberdade da Pátria da República da Guiné-Bissau
- G. Alocução do Ministro da Defesa Nacional da República de Moçambique
- H. Alocução do Ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa
- I. Alocução do Ministro da Defesa e Ordem Interna da República Democrática de São Tomé e Príncipe
- J. Alocução da representante do Ministro da Defesa da República Democrática de Timor-Leste
- K. Alocução do Secretário Executivo da CPLP
- L. Declaração e “Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe”
- M. Declaração respeitante à dinamização da Componente de Defesa
- N. Ponto de situação da Operacionalização da Nova Visão Estratégica (NVE) da CPLP
- O. Declaração e Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para implementação da Resolução 1325(2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) sobre Mulheres, Paz e Segurança
- P. Matriz parametrizada com informação mensal da atuação dos setores da Defesa/Forças Armadas no combate à COVID-19 nos Estados-Membros
- Q. Conclusões da VII Reunião do Fórum de Saúde Militar/CPLP
- R. Ata da VI Conferência de Marinhas da CPLP
- S. Relatório Final do Exercício FELINO 2018/2019
- T. Apresentação do Diretor do CAE da CPLP
- U. Documentos de gestão do CAE/CPLP
- V. *Curriculum Vitae* do Coronel Armindo Alcides Garcia Sá Nogueira Miranda